

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

CÁSSIO PEREIRA

GESTÃO AMBIENTAL COMO ELEMENTO REFERENCIAL DO
DESENVOLVIMENTO RURAL CONTEMPORÂNEO

CURITIBA

2023

CÁSSIO PEREIRA

GESTÃO AMBIENTAL COMO ELEMENTO REFERENCIAL DO
DESENVOLVIMENTO RURAL CONTEMPORÂNEO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Programa de Educação Continuada em Ciências
Agrárias, como requisito à obtenção do título de
Especialista em Gestão Ambiental

Orientadora: Adriana Carvalho Pinto Vieira

CURITIBA

2023

RESUMO

Sistemas produtivos agrícolas instauram sobre o ambiente impactos ambientais. São extensivamente relatados os efeitos degradantes da intensificação agrícola sobre o ambiente. É estabelecido tradicionalmente que o ambiente natural através de serviços sistêmicos, estrutura diversos aspectos valiosos a progressão adequada dos sistemas agrícolas. Além disso, é consenso que a interação degradante entre configurações agrícolas e ambiente, afetam diretamente as capacidades do ambiente em prover benesses às populações e aos próprios sistemas agrícolas. O desenvolvimento rural se estabelece como recurso essencial ao entendimento desta configuração, principalmente, a compreensão histórica de que tal processo de intensificação é fomentado por algum tipo de ação estatal. A ocupação do território nacional por meio de colonização, orienta o contexto agrário brasileiro através de aspectos oligárquicos. Característica que progride através do tempo e que estabelece sobre a conjuntura agrária nacional, uma heterogeneidade de configurações fundiárias. Esta propriedade, é fomentada por diversos processos socioeconômicos que emergem de diferentes contextos agrários. O desenvolvimento rural do Paraná, é norteado através do desenvolvimento rural nacional, e através de aspectos particulares a região, instaurando sobre o território diversos modos de interação com a terra. O objetivo deste trabalho se alinha a estes tópicos descritos. Por meio de uma revisão narrativa busca-se estabelecer uma relação histórica entre processos de desenvolvimento rural nacionais e paranaenses relevantes e os impactos e aspectos ambientais derivados destas configurações. Além de, destacar o papel da gestão ambiental como referencial fundamental ao entendimento e a promoção de políticas públicas de desenvolvimento rural em um contexto contemporâneo.

Palavras-Chave: Desenvolvimento rural; políticas públicas, serviços ecossistêmicos, sustentabilidade.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
1.1	OBJETIVOS	4
1.2	METODOLOGIA	4
2	DESENVOLVIMENTO	5
2.1	DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	5
2.2	DESENVOLVIMENTO RURAL NACIONAL	9
2.3	DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ	12
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
4	REFERÊNCIAS	20

1 INTRODUÇÃO

Esta investigação se estrutura através de três temas centralizadores, o desenvolvimento rural, a questão ambiental e a promoção de políticas públicas. O ambiente estrutura através de seus sistemas, diversos aspectos produtivos valiosos a configurações agrárias. A intensificação dos sistemas produtivos, instaura sobre o ambiente diversos aspectos e impactos ambientais, que por sua vez prejudicam as capacidades do próprio ambiente em sustentar adequadamente estes serviços. Este processo levanta diversas preocupações acerca do modo como sistemas produtivos agrícolas se estruturaram historicamente e como estes devem operar na contemporaneidade. A gestão ambiental se apresenta com recurso essencial ao entendimento desta conjuntura, já que tal campo fornece artificios adequados a uma análise robusta e com características transversais, dentro do campo das ciências agrárias. Um entendimento adequado do processo de desenvolvimento rural deriva de uma compreensão histórico material adequada da progressão de tal processo em determinado território, em acordo com as pressões instauradas pela ação estatal sobre esta configuração. Em síntese o que esta investigação busca responder é: de que modo as políticas públicas de desenvolvimento rural se estabelecem como elemento configurador do território e do ambiente nacional e estadual paranaense?

1.1 OBJETIVOS

Esta investigação tem como objetivo gerais, reunir um conjunto de evidências que aproximem e revelem a relação entre desenvolvimento rural e a manutenção e promoção de aspectos ambientais. Além de sintetizar o modo como as políticas públicas de desenvolvimento rural, em um contexto contemporâneo devem progredir através de pressões instauradas por um referencial mais próximo à sustentabilidade e a gestão ambiental.

Como objetivos específicos deste trabalho, iremos atribuir um sentido mais contido às análises propostas no parágrafo anterior, dando luz ao dilema expansão do horizonte agrícola e desenvolvimento ambiental adequado do estado do Paraná, através da exposição de evidências históricas acerca da ocupação do território estadual e instauração de sistemas produtivos agrícolas por populações após o processo de colonização do território nacional.

1.2 METODOLOGIA

Esta investigação é uma revisão de literatura. Revisões fornecem uma síntese da literatura já publicada sobre determinado tópico. Buscando satisfazer as características mais amplas, especulativas e exploratórias associadas ao objetivo deste trabalho, utilizaremos a revisão narrativa como fundamento para a descrição e avaliação dos temas propostos. Assim, os tópicos

centralizadores serão enquadrados através de uma visão particular da questão, associada ao modo como se relacionam um com o outro. (FERRARI, 2015; BEARMAN, 2012).

A estratégia de pesquisa utilizada foi a seguinte. Os temas centralizadores do trabalho foram definidos. Estes tiveram seus sentidos alinhados aos objetivos do trabalho, através do estabelecimento de uma pergunta, que foi exposta na introdução deste documento. A procura por trabalhos que atendessem aos objetivos estabelecidos, se deu através da pesquisa de termos próximos aos temas centralizadores em repositórios de trabalhos acadêmicos e através da revisão das referências dos trabalhos já analisados. Para além dos aspectos normativos, a organização e desenvolvimento do texto busca apresentar os temas centralizadores de modo racional, discutindo e avaliando estes conceitos através de um aspecto singular, para que através da progressão do texto seus sentidos sejam somados de modo natural e objetivo. Nas considerações finais são destacados os elementos centrais do texto, junto a uma breve avaliação do trabalho em vista de novas investidas e necessidades associadas aos temas aqui discutidos. (FERRARI, 2015).

Para construção de uma narrativa histórica que abordasse pontos centrais do desenvolvimento rural nacional, foram utilizados oito trabalhos, sendo dois livros, dois artigos, dois dossiês, uma reportagem e um caderno. Os textos foram publicados nos anos de 1999, 2001, 2005, 2010, 2014, 2018, 2019 e 2021, tendo como autores principais: Navarro (2001); Martins (1999); Medeiros (2021); Coelho (2019); Octaviano (2010); Altafin (2005); Grisa (2014); Martins (2018). Já para estruturar uma narrativa acerca da ocupação e consequente desenvolvimento rural do território paranaense, foram utilizados cinco trabalhos que abordam o tema. Sendo dois artigos, duas dissertações e uma nota técnica. Os trabalhos foram publicados nos anos de 1970, 1987, 2000, 2010 e 2019, tendo como autores principais: Nicholls (1970); Motim (1987); Souza (2000); Melão (2010); Coelho (2019).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE

A expansão do horizonte agrícola pode ser reconhecida como uma das alterações humanas mais profundas na Terra, estabelecendo a agricultura como a interação humana com o ambiente de maior relevância. De modo que é a atividade agrícola quem modela o modo como o ambiente se configura em boa parte dos territórios. Este processo se funda sob a tecnificação e intensificação de aspectos produtivos em resposta a certas pressões desenvolvimentistas, tornando este movimento um marco científico e tecnológico. Este movimento levanta diversas preocupações associadas à manutenção de aspectos ambientais a longo termo. Já sendo evidente

e extensivamente relatado o papel degradante e as consequências negativas instauradas no ambiente através da intensificação dos sistemas agrícolas. (MATSON, 1997; HEAL, 2002).

As conexões entre agricultura e ambiente devem ser organizadas através da noção de que o ambiente, estrutura profundamente através dos serviços ecossistêmicos, inúmeros aspectos economicamente valiosos e críticos à progressão agrícola (LIGHTENBERG, 2002). Serviços ecossistêmicos podem ser definidos como benefícios diretos ou indiretos direcionados a populações através de sistemas, estruturas e padrões biogeofísicos que emergem das funções ecossistêmicas (RÖLING, 1997). O termo traz atenção à relação de dependência das atividades humanas em relação ao ambiente e de certa forma materializa esta característica. Assim a ideia de um capital natural a serviço da progressão adequada das configurações agrárias deve ser instaurada, já que tradicionalmente a produtividade agrícola depende destes “incentivos”. A ideia de serviços ecossistêmicos, não traz luz a fenômenos que já não sejam extensivamente relatados. Suas características frutíferas se revelam através de um contexto próximo a gestão. Já que a ideia de materialização e valoração de aspectos ambientais só se tornam relevantes quando as atividades humanas degradam as capacidades dos ecossistemas em garantir a manutenção desses serviços críticos. Anteriormente a esta noção de valorização mais próxima à gestão, a ideia de serviços ecossistêmicos se aproximava mais de uma noção distante da economia, de livre acesso e muitas vezes entendida como uma mordomia. Um dos aspectos que fomenta esta deriva é a ideia de que, o estudo de ecossistemas alterados pela ação humana, se baseava tradicionalmente na compreensão do funcionamento deles por si só, e não na gestão deliberada destes em vista de pressões operacionais e alinhadas a algum objetivo definido. Sendo o fundamento deste movimento de deriva, como já relatado, as tensões instauradas pelos sistemas agrícolas sobre o ambiente e os resultados negativos destas ações. Aspectos que antes eram tratados de modo mais holístico, próximos a ecologia, agora tem seu sentido alinhado à gestão agrária e a economia. (RÖLING, 1997; HEAL, 2002; LIGHTENBERG, 2002).

Dando o ajuste adequado, agora será estabelecida a diferenças entre três termos: desenvolvimento agrícola, desenvolvimento agrário e desenvolvimento rural. O primeiro se refere à progressão de aspectos estritamente produtivos, suas tendências, características e configurações. Essa questão pode ser exemplificada pelos fatores produtivos como o uso da terra, do trabalho e do capital. O desenvolvimento agrário, se firma através de características mais amplas, não associadas apenas a fatores produtivos, mas sim relacionados às condições, relações, estruturas, conflitos e processos que configuram o modo como a vida rural se estabelece na terra. A característica que difere o desenvolvimento rural dos outros dois termos apresentados e torna ele algo mais próximo a atividade estatal é a ideia de articulação ou

indução. Sendo assim o principal agente promotor do desenvolvimento rural, são os diversos níveis de atuação do Estado. Sendo está a única organização administrativa com poderes políticos legítimos capazes de propor, estruturar e estabelecer mecanismos operacionais amplos adequados e frutíferos a mudanças sociais e ao desenvolvimento rural. (NAVARRO, 2001).

A noção de desenvolvimento rural não se reduz apenas ao fortalecimento e crescimento de aspectos produtivos. Uma visão mais complexa e concreta deste fenômeno pode ser instaurada através da convergência entre duas ideias. A instauração de uma visão territorial sobre o desenvolvimento e a noção de capital social. A noção de capital social, pode ser entendida como o modo que estruturas sociais se configuram em resposta a uma melhor utilização de ativos econômicos. Estas configurações ou estruturas sociais devem ser vistas como recursos ou ativos à disposição dos indivíduos, cuja utilização destes funda novas relações entre atores em uma determinada região. Já a instauração de uma visão territorial sobre o desenvolvimento rural, estabelece a ideia de que o território constitui um tecido que organiza laços históricos, políticos e identitários, ultrapassando a noção de que o ambiente unicamente estabelece certas vantagens ou não sobre os sistemas produtivos, superando também a visão de que o território constitui apenas uma base biogeofísica para a progressão de relações entre indivíduos e instituições. Em síntese a ideia que busca ser transmitida por estes apontamentos é a de que a constituição do desenvolvimento rural como progresso, para além da satisfação de aspectos singulares como a evolução agrícola ou a satisfação da questão agrária, se estrutura por uma densa rede de relações históricas entre indivíduos e instituições, capazes de valorizar e fomentar a conquista de bens públicos e a manutenção de aspectos ambientais que fortaleçam o tecido social de certo território. (ABRAMOVAY, 2000).

Nesse sentido, o papel das políticas de desenvolvimento rural ganha destaque. Em síntese, políticas públicas são diretrizes que ordenam a ação do poder público. O ponto que dá luz este conceito, é a ideia de intervenção do governo, mediada por um embate de interesses, preferências e ideias públicas. Mediando sua atividade e relação a aspectos que emergem do interesse público. Além desta característica, outros pontos que ligam as diversas noções de política pública, são: multidisciplinaridade, valorização do coletivo e o entendimento que políticas públicas afetam a realidade em consequência contextos socioeconômicos. Assim, é correto afirmar que o meio rural brasileiro se apresenta como um espaço onde os efeitos de uma construção social se fundam com intensidade e geram efeitos notáveis, e é consenso entre estudiosos e especialistas que o caminho trilhado pelo Brasil é incomparável. (GRISA, 2015; TEIXEIRA, 2002; SOUZA, 2006).

Políticas públicas fundamentam o processo de desenvolvimento rural. O processo de

materialização e operacionalização destas pode ser entendido através dos seguintes conceitos: referencial global, referencial setorial e referencial de política pública. Estes conceitos fundamentam uma representação ou uma interpretação de certo aspecto que se impõe através da história. O que difere estes termos são suas amplitudes de análise e uma certa hierarquização estabelecida entre os três. Através de uma interpretação associada a um domínio global ou público, se estabelece uma análise setorial, alinhada a interesses particulares a uma população ou tema. Através dessa relação emerge a noção de referencial de política pública, construindo uma representação de determinado aspecto da realidade que busca se intervir por meio de ideias, valores e interpretações que irão efetivar a atuação do Estado. (GRISA, 2015; SOUZA, 2006).

Outra noção frutífera a análise proposta, é a de geração de políticas públicas. Esta ideia se relaciona à compreensão de problemas coletivos em um determinado período como momentos críticos à atuação estatal. As gerações não se apresentam de maneira linear e objetiva. Já que estes tópicos possuem aspectos dinâmicos, suscetíveis a pressões em função do objetivo que visa ser atingido pelos atores inseridos no meio. Assim, é consenso que parte do conceito e dos objetivos do desenvolvimento rural giram em torno da melhoria das condições de vida e do bem-estar das populações rurais, as estratégias, processos, metodologias e referenciais que fundamentam a materialização destes propósitos devem se fundar sobre o desenvolvimento agrário ou sobre a análise de aspectos distintos da realidade e do contexto histórico de uma região. (GRISA, 2015; NAVARRO, 2001).

Para uma progressão mais adequada do trabalho serão definidos certos aspectos associados à sustentabilidade. O termo sustentabilidade se apresenta de maneira ambígua e de difícil definição através de aspectos materiais (YAO, 2018). Esta característica em partes se deve ao fato de que a ideia de sustentabilidade ou de desenvolvimento sustentável, gira em torno de consensos associados a realizações sociais econômicas e ambientais, balizadas por uma integração isonômica entre essas funções. Nesse sentido, um aspecto ético e próximo a justiça é atribuído a questão, podendo ser exemplificado através de um movimento de troca entre as atuais pressões econômicas e as futuras necessidades ambientais. (YAO, 2018; WILKINSON, 2001). Diversas expressões e sentidos podem ser alinhadas à sustentabilidade, por exemplo: sustentabilidade política, organizacional, econômica ou social, além de outras inúmeras possibilidades. Nesse sentido, é correto afirmar que o termo sustentabilidade opera de modo a aproximar diversos limites do conhecimento, através de um enquadramento alinhado à satisfação de necessidades desenvolvimentistas econômicas e ambientais. O conceito de sustentabilidade alinhado à noção de desenvolvimento rural dá luz a dois pontos. O primeiro diz respeito a operacionalização da ideia de sustentabilidade, ao contrário de outras agregações

à expressão, que se apresentam apenas como verborragia, a ideia de um desenvolvimento rural sustentável se funda através de aspectos materiais e de possível operacionalização. O segundo ponto que se evidencia se relaciona a ideia de que a incorporação de dimensões ambientais, ou de uma noção de desenvolvimento rural com características sustentáveis já fazem parte do repertório teórico e analítico próximo à questão agrária. (SCOONES, 2007; NAVARRO; 2001).

2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL NACIONAL

A questão agrária progride de modo complexo sobre o território brasileiro, tornando em consequência o processo e a implementação de mudanças no campo igualmente complexo. Assim se firmam diversos limites estruturais, tanto alinhados a processos históricos, como associados a conjuntura contemporâneas, que orientam o processo de desenvolvimento rural no Brasil. (NAVARRO, 2001).

A questão agrária se funda em um território, sob suas próprias circunstâncias históricas, desenvolvendo tensões, dilemas e contradições através de populações. Desde a ocupação do território nacional pelos portugueses, a apropriação da terra se funda sob aspectos conflituosos e de exclusão. Nos três primeiros séculos de colonização, a ocupação de terras por parte de populações não pertencentes a uma elite portuguesa se dava sob a sombra das sesmarias. Este processo funda as estruturas do campesinato em território nacional, organizando populações através de um processo de miscigenação e excluindo estas de qualquer processo alinhado a estruturas de poder vigente na época. (MARTINS, 1999; MEDEIROS 2015).

Este processo de exclusão do campesinato é reforçado pela instituição da Lei de Terras na metade do século XIV. A ocupação de território, mediante a compra de terras, é estabelecida. Garantindo a manutenção de interesses associados a uma elite econômica. Parte dos incentivos destinados à economia escravagista, agora são direcionados à compra de terras. Este processo institucionaliza em território nacional a transformação de território em mercadoria. Mecanismos de ocupação considerados ilícitos também operam neste período. A escravidão reforça os laços produtivos alinhados a uma elite rural, instaurando um monopólio sobre mão de obra, de forma a subjugar organizações paralelas a este modo produtivo. (COELHO, 2019; MEDEIROS, 2015).

A complexidade instaurada sobre a questão agrária durante o período de abolição do trabalho escravo, estabelece este momento como característica fundamental ao modo como as estruturas fundiárias viriam a se configurar até a contemporaneidade. Diversos aspectos são instaurados sobre os sistemas agrícolas e populações através deste processo.

Aqui, nos limitaremos apenas ao seguinte fato. Em síntese, o abolicionismo é conduzido através da substituição do negro pelo imigrante, de modo que a emancipação das populações cativas de fato não ocorreu. Estas não foram reintegradas à sociedade como indivíduos livres e operantes na economia, mas sim foram marginalizadas. (MARTINS, 1999; MARTINS 1981).

As relações escravagistas se estabelecem na estrutura social, fundiária e urbana brasileira de modo profundo. De modo que, os sistemas produtivos não possuíam condições de fomentar o trabalho não alinhado à servidão. Sendo necessário, encontrar trabalhadores que não estivessem imersos no modo produtivo até então vigente. Nesse momento o imigrante exerce papel fundamental na progressão agrária nacional. A maioria se fixa no território trabalhando através do sistema de colonato. Este modo de trabalho se caracteriza por três aspectos fundamentais: pagamento fixo em dinheiro, pagamento proporcional à quantidade de produto colhido e subsistência alinhada ao trabalho familiar e à comercialização de excedentes produtivos. Ao mesmo tempo que a chegada de imigrantes fomentava a ocupação de territórios não explorados, também estabelece um embate entre a pequena propriedade familiar e os grandes latifúndios. (COELHO, 2019; MARTINS,2018).

Em síntese, a organização agrária no século XX, ainda é estruturada através da concentração fundiária, porém estas configurações são aeradas por inúmeros aspectos, que ajustam o contexto rural a um enquadramento mais contemporâneo, entre eles podemos citar: forte alinhamento produtivo dos latifúndios a bancos e exportadores; crises de superprodução; elevação substancial no preço das terras; grandes greves de operários; intensos fluxos populacionais associados a pressões produtivas; crescimento populacional; expansão urbana; florescimento de organizações camponesas alinhadas a maior visibilidade de debates relacionados às condições de trabalho no meio rural e redistribuição fundiária. (COELHO, 2019; MARTINS,2018; MEDEIROS, 2015).

Agora serão traçadas algumas inferências acerca da Revolução Verde e seus impactos sobre a questão agrária nacional. Essencialmente a Revolução Verde pode ser entendida como um processo de disseminação de tecnologias agrícolas, alinhadas à intensificação dos sistemas produtivos em países considerados menos desenvolvidos, durante a década de 60. Para além dos impactos sobre as configurações agrícolas, este processo instaura sobre populações e o ambiente natural diversos aspectos degradantes. No Brasil, se observa uma síntese deste processo, enquanto se estabelece uma guinada econômica alinhada à exportação de commodities, o quadro social deficitário, não é amparado pelo aumento relativo da produção de alimentos básicos. Além de não resolver problemas associados à segurança alimentar e nutricional, a Revolução Verde fomenta ainda mais o processo de concentração fundiária já

existente em território nacional. Principalmente através da marginalização de sistemas agrícolas com características menos intensivas. É inegável que o lucro proporcionado pela Revolução Verde se alinha à degradação ambiental, ao ganho de produtividade, mão de obra e capital. Aspectos estes que não foram apropriados pelos produtores rurais. (OCTAVIANO, 2010).

A Revolução Verde se estabeleceu no Brasil durante a ditadura militar, estruturada através das características que foram relatadas no parágrafo anterior. Os principais aspectos agrícolas fomentados por este processo são: incidência de monoculturas híbridas, utilização intensa de agrotóxicos, intensa adubação e mecanização e alterações genéticas de indivíduos. Se estabelecem também políticas públicas alinhadas a este processo como: concessão de crédito associado à compra de insumos, criação de órgãos de pesquisa e extensão, treinamento de professores e disseminação de informações na academia alinhadas aos dogmas da Revolução Verde. (OCTAVIANO, 2010).

É correto afirmar que desde a colonização do território nacional até um contexto mais contemporâneo, a concentração fundiária se estabelece como característica essencial ao entendimento do desenvolvimento rural brasileiro, já que historicamente tal processo é fomentado pelo estado e pelas configurações socioeconômicas dominantes, visando essencialmente a manutenção de aspectos modernizantes e desenvolvimentistas, o incentivo à produção em grande escala e a adequação a mercados externos. Porém, tal aspecto não pode ofuscar as tentativas de fortalecimento de laços produtivos alinhados à agricultura familiar, de menor escala e próximas a um referencial sustentável ou ecologicamente adequado. A nova constituição opera como marco para tal movimento. Nos últimos 30 anos, diversos laços frutíferos são estabelecidos, principalmente fomentados pela participação efetiva de novos atores políticos em espaços de debate, institucionalização de políticas e instrumentos de gestão pública, mudança de referenciais setoriais e globais que levam a uma melhor compreensão das condições socioeconômicas das populações rurais. O objeto deste processo é o reconhecimento pelo Estado da agricultura familiar como categoria social e política. Este tipo de configuração sempre esteve à margem das ações estatais, sendo que historicamente se constituiu uma visão estereotipada, associada a um setor atrasado e de pouca relevância econômica em frente aos latifúndios. São identificadas três gerações de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, a primeira alinhada a um referencial agrícola e rural, a segunda associada a um referencial social e assistencialista e uma mais recente alinhada a construção de mercados que sustentem a segurança alimentar de populações e progridem através de um contexto sustentável e ambientalmente adequado. (ALTAFIM, 2005; COELHO, 2019; GRISA, 2015).

No Brasil, um referencial de política pública de desenvolvimento rural pautado pela

sustentabilidade, só se estabelece devidamente na agenda nacional depois dos anos 2000. Para além de aspectos políticos já sustentados por movimentos sociais desde a redemocratização, foi à deriva da conjuntura instaurada pela troca de governos quem fomentou esta mudança. Parte desta deriva, se estrutura através da participação efetiva em debates públicos de diversos agentes inseridos em debates associados à segurança alimentar e nutricional, organizações agroecológicas, gestores públicos e entidades da agricultura familiar. (GRISA, 2015).

As duas últimas décadas de políticas de desenvolvimento rural nacional foram frutíferas. Diversos referenciais de política pública emergiram por meio de diferentes organizações sociais em diversos âmbitos das organizações públicas. A transição democrática tem papel fundamental neste movimento. Agentes e instituições passam a ocupar locais que lhes garantem maior legitimidade e reconhecimento. Assim, pautas fundadas sob o fortalecimento de aspectos agrícolas e agrários, fomento de políticas sociais e assistencialistas e estabelecimento de novos mercados com características sustentáveis, em contextos sociais distantes do sistema agroindustrial ou de uma elite rural se estabelecem no cenário nacional. (GRISA, 2015).

Em síntese, estes processos que vêm sendo descritos fundamentam o modo como o cenário agrícola brasileiro se estabelece na contemporaneidade, sendo que de modo geral o país é reconhecido como ator essencial a progressão de dinâmicas agrícolas comerciais em um contexto global, mesmo que tal processo se estruture através de um contexto agrário fragmentado e não resoluto. Assim, iremos agora analisar o modo com tais processos progredem em um território em particular.

2.3 DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ

É correto afirmar que a progressão histórico econômica do estado do Paraná é constituída de ciclos fragmentados. Onde cada ciclo aproveitava muito pouco os espólios do precedente ao mesmo tempo que proporcionava poucos recursos ao ciclo vindouro. Os primórdios da ocupação e exploração do atual estado do Paraná, distante de um contexto originário, datam do século XVI e se estruturam através de três frentes. Uma de origem portuguesa, pressionando o território através do litoral. Outra de origem espanhola, se estabelecendo a oeste do território e a última associada ao movimento de bandeiras, partindo de território paulista. (SOUZA, 2000).

São estas três frentes que fortaleceram os primeiros laços produtivos agrícolas no estado. Reduções jesuíticas são fundadas na região, estes sistemas evangelizadores, até então considerados civilizatórios, eram experiências comunais, baseadas na propriedade coletiva da terra e da produção. Neste período foram estabelecidas treze reduções entre os rios Paraná e

Tibagi, porém esta experiência logo colidiu com os movimentos de bandeira, que exploravam os sertões da província, buscando capturar indígenas catequizados pelas reduções e vendê-los como escravos, porém sem estabelecer ocupação do território. Este movimento torna frustrada as tentativas espanholas de exploração e dominação do território. Já as atividades mineradoras fomentam a exploração e o povoamento do litoral, seguido do primeiro planalto paranaense. Este movimento teve sua expressão máxima no século XVII, sendo a sua importância associada ao estabelecimento de pequenas propriedades, o fomento de uma economia de subsistência por quase meio século e o surgimento dos primeiros núcleos urbanos no litoral e primeiro planalto, de modo que o primeiro povoado no litoral é fundado em 1585 e no primeiro planalto em 1683. (SOUZA, 2000; NICHOLLS, 1970).

No final do século XVII, um progresso concreto se estabelece. Este processo inicialmente está ligado à parcial diluição dos laços produtivos associados à mineração na região em conjunto a manutenção das estruturas agrárias ligadas à subsistência. Como resultado destes processos se fundam no território grandes propriedades isoladas e pequenas configurações urbanas. Em síntese, mesmo com a decadência da mineração a agricultura se manteve. Somado a isso a descoberta de ouro em Minas Gerais, catalisa um forte movimento de deriva de populações para a região. A ambição associada ao modo produtivo desenvolvido pelos mineradores em Minas Gerais, os impedia de desenvolver atividades de subsistência. A amplitude deste movimento também impedia que vilas próximas conseguissem suprir as demandas geradas pela atividade, de modo que o fornecimento de alimentos para essas regiões era suportado por São Paulo. Essa configuração encarece bastante o custo de vida dos paulistas, devido ao acréscimo no preço de produtos alimentícios. Assim são instituídas leis protetivistas, impedindo a movimentação de certos gêneros alimentícios para fora de São Paulo. Visando suprir as demandas geradas pela movimentação de populações em direção a Minas Gerais, são formadas articulações comerciais, onde gado era criado, inicialmente nos campos de Curitiba, indo em direção ao Rio Grande do Sul e Uruguai. Assim, a pecuária passa a ser a atividade predominante na província, a materialização desta configuração econômica se constitui através do caminho Viamão-Sorocaba. Aqui a figura do tropeiro se destaca, estes atuavam como intermediadores entre a criação de gado no sul do país e a posterior venda dos rebanhos. Assim, as populações que permaneceram no território, após a parcial diluição das atividades mineradoras migravam seus meios produtivos para a criação de gado, subsistência e para o tropeirismo. Este processo fixa muitos indivíduos no território, fortalecendo laços produtivos que sustentariam a economia local mesmo depois do enfraquecimento da economia de tropas e a decadência do período aurífero. (SOUZA, 2000; MOTIM, 2001; NICHOLLS, 1970).

A ocupação do território paranaense foi fortemente estimulada por este processo que foi descrito. Através da pecuária fomentada pela economia de tropas, os campos de Curitiba tornaram-se zonas de importância estratégica. Fortalecendo ainda mais os laços produtivos no território e o processo de ocupação e exploração do espaço. Junto às rotas de transporte de gados estabelecidas, surgem uma variedade ampla de estruturas fundiárias e configurações urbanas. Se destacam o surgimento das configurações iniciais do que conhecemos hoje como os Campos Gerais. A ocupação desta região, porém, se caracteriza por assumir aspectos particulares. Temos no início do século XVIII a ocupação e exploração do território dos Campos Gerais por uma elite rural paulista. Esta ocupação se caracterizava por um forte aspecto extrativista e absenteísta. Esse movimento pode ser exemplificado pelo povoamento da cidade de Castro. Sob as sesmarias, diversas famílias paulistas receberam doação de terras no território. Inicialmente povoando a região com pessoas escravizadas e capatazes, visando a exploração e tomada de posse das terras. Após a deriva de núcleos familiares bem estabelecidos para a região, a família fazendeira se torna o núcleo necessário para o povoamento do território, ainda subordinado a uma elite paulistana. A então Vila de Castro, possui laços comerciais, políticos e de parentesco mais estreitos com São Paulo do que com Curitiba e a 5ª Comarca de São Paulo, principalmente devido ao tropeirismo e aos laços sociais vigentes no período. (SOUZA, 2000; MOTIM, 2001).

Estas características associadas ao desenvolvimento da região de Castro, podem ser extrapoladas para o modo como sistemas agrários e laços produtivos se configuraram nos Campos Gerais e em consequência no Paraná ao decorrer do século XVIII. O modo de ocupação da região, o aparelhamento dos sistemas produtivos e consequente subordinação política e social em relação a São Paulo, estabeleceu no território grandes propriedades de pecuária extensiva, que coexistiam com pequenos estabelecimentos agrícolas com caráter rudimentar, estes responsáveis por responder às demandas produtivas internas, abastecendo as populações litorâneas e os responsáveis pela pecuária extensiva. Ainda temos as populações sem acesso à terra produtiva, que se mantinham através do processamento de erva mate. Esse aspecto torna evidente um forte contraste entre a riqueza dos latifundiários e a pobreza da população geral. (SOUZA, 2000).

Em síntese a organização produtiva do território paranaense durante o século XIX, era baseada no tropeirismo, no cultivo de lavouras de subsistência, principalmente feijão e milho, na criação de gado solto, no cultivo de algodão, exploração de minerais e no processamento de erva mate, todos esses tópicos amparados em partes por trabalho escravo. Estes modos produtivos, se baseavam em um ciclo de exploração e desmatamento, para o cultivo de culturas

de curto prazo e o conseqüente abandono da terra para reflorestamento natural. Com o declínio da economia de tropas, as populações buscam se estabelecer na região, visando a criação e engorda de gado. De modo que o resultado produtivo desse incremento, satisfazia tanto as demandas da província, como as de São Paulo. Essa progressão ainda foi amparada pelo Governo, através da criação das charqueadas, estabelecimentos dedicados ao preparo de carne para exportação. Essa configuração progredia através de diferentes unidades produtivas, os imóveis com menor área se associavam a subsistência, baseada na produção de feijão e cereais. Já as grandes propriedades tinham seus sistemas produtivos alinhados ao extrativismo de madeira, erva-mate, calcário e a criação de animais. As dimensões produtivas da pequena e a grande propriedade agora são permeadas por diferentes tipos de estruturas e benfeitorias, eram fundadas dentro de um imóvel determinado: paióis, poteiros, monjolos, ranchos, fornos, estrebarias, chiqueiros e cultivo de árvores frutíferas. A expansão geográfica neste período é orientada a oeste, associada a ocupação do terceiro planalto, movimento sustentado por laços produtivos precários, porém que estruturam parte do progresso observado na segunda metade do século XIX. Nesse mesmo sentido, certos movimentos que iriam se intensificar durante a transição para o século XX começam se estruturar, como as primeiras tentativas do governo em atrair imigrantes para a província e o início do fortalecimento dos laços produtivos associados ao extrativismo de erva mate e madeira. (MOTIM, 2001; NICHOLLS, 1970).

As últimas décadas do século XIX se estabelecem como recurso essencial ao modo como as configurações agrícolas irão operar em território paranaense até a contemporaneidade. A economia de tropas começava a se liquidar, o surgimento de estradas de ferros ao mesmo tempo que impunha uma certa concorrência logística às tropas, facilitavam o povoamento de áreas em processo de exploração. Se destacam nesse processo, a ferrovia que ligava Curitiba a Paranaguá, a construção da ferrovia que ligava São Paulo a Rio Grande do Sul, em consequência Sorocaba a Ponta Grossa e União da Vitória. Assim o movimento de ocupação do terceiro planalto começa a se fortalecer para além das configurações já estabelecidas, se baseando na pecuária extensiva. Junto a este processo, novos mercados começam a se estabelecer, laços com países platinos se formam e o extrativismo da erva mate se funda como a atividade econômica de relevância, deixando de lado o caráter complementar à agricultura de subsistência. Aqui se destaca o papel significativo dos imigrantes sobre a economia e a sociedade da região. Principalmente famílias de origem alemã, polonesa e italiana. Estas ocupam os sertões do território, junto a outros grupos sociais. Devido à falta de capital, estes grupos encontravam na subsistência, no extrativismo de erva mate e madeira e na exploração do território o meio produtivo frutífero ao progresso social das famílias na região. Este processo

fomenta a formação de estruturas fundiárias descentralizadas, organizações que tiveram papel fundamental no processo de povoamento do estado, principalmente da região oeste. Estas colônias se estabelecem como organizações cooperativas, fundadas sobre a solidariedade no trabalho e aplicação de capital na resolução de problemas de interesse geral. Em conjunto a este movimento, terras devolutas são concedidas pelo governo a companhias particulares internacionais, com o objetivo de organizar a exploração das áreas onde organizações sociais começavam a emergir. Porém este processo se funda sob um aspecto extrativista intenso. A exploração do território se destina a extração de recursos, utilizando como mão de obra as populações que já estavam instaladas na região. O fortalecimento dos mercados alinhados ao extrativismo da erva mate, reforça os laços produtivos neste contexto descrito, de modo que agora os pequenos agricultores das regiões ocupadas passam a ser subordinados às companhias estrangeiras, deixando de exercer as práticas agrícolas autônomas. (SOUZA, 2000; MOTIM, 2001).

Em síntese, é correto afirmar que as últimas décadas do século XIX, tiveram seu progresso fomentado pelos processos migratórios, pelo extrativismo e pelo desenvolvimento logístico estimulado pelo emprego de estradas de ferro. Junto ao extrativismo da erva mate, a exploração de madeira no território é catalisada pelo crescimento econômico brasileiro e pelo desenvolvimento de mercados internacionais. Estes processos transformam um mercado até então marginalizado, em uma atividade lucrativa. A economia madeireira movimenta o mercado de modo a atrair agentes internacionais alinhados ao setor ferroviário e ao movimento de posse e exploração de terras devolutas. Porém com o passar do tempo este modelo econômico não se apresentou atrativo ao capital externo, se estabelecendo com um setor local, industrial e exportador, logo superando o extrativismo de erva mate. (SOUZA, 2000).

A transição para o século XX, pode ser entendida como o momento em que a economia estadual começa a derivar suas bases produtivas de um contexto extrativista para um contexto agrícola mais concreto, baseado na cafeicultura. Parte deste movimento é orientado por uma diversificação dos sistemas produtivos alinhados a núcleos de imigrantes que inunda o mercado interno com produtos diversos e uma superação das bases extrativistas alinhadas a erva mate e a substituição destas pela economia madeireira, que logo também encontra seu declínio. (SOUZA, 2000).

A expansão da estrada de ferro que ligava Sorocaba a Ourinhos na primeira década do século XX, fundamenta fortemente a colonização e o desenvolvimento da região norte do estado do Paraná. A expansão desta rede ferroviária, para além dos contornos paulistas, progride ao sul de Ourinhos e penetra o norte e nordeste do território, alcançando regiões esparsamente

povoadas durante os séculos anteriores. Este processo ajuda a fortalecer as bases produtivas da cafeicultura na região. Principalmente no norte e nordeste do território, já que esta cultura já se desenvolvia na região desde os últimos anos do século XIX, com as primeiras plantações sendo cultivadas no nordeste do estado. Região que possui vínculos íntimos com São Paulo, de modo que era entendida como um prolongamento do território paulista. Nesse momento, boa parte do território nordeste paranaense era dividido em grandes propriedades particulares. O movimento de ocupação da região norte, fomenta um processo de segregação dessas grandes propriedades em pequenas propriedades agrícolas ou lotes urbanos. Este processo se apresenta de maneira tão efervescente que supera o progresso das ferrovias na região ao mesmo tempo que coloca em jogo a integridade das matas nativas. Estas florestas, pouco tocadas, limitadas ao norte do estado, se associam intimamente à excelência do solo na região. Característica essa que torna inevitável a ocupação da região por cafeicultores. (SOUZA, 2000; NICHOLLS, 1970).

O crescimento substancial da economia cafeeira na região norte faz com que o estado supere a produção paulista na primeira metade do século XX. A concessão de terras devolutas a oeste do Rio Tibagi a empresas de colonização privada japonesas e inglesas é garantida, fomentando um processo dissolução do território em pequenas propriedades e a ocupação destas por um fluxo intenso de imigrantes e colonos, estabelecendo assim uma estrutura fundiária extremamente fragmentada de baixo volume capital e sustentada pela mão de obra familiar. Tal atividade de ocupação se estrutura na derrubada de mata nativa, alinhada ao extrativismo de madeira, para posterior desenvolvimento de culturas. Além desse processo, ocorreu também o rápido desenvolvimento urbano do espaço, evidenciando o surgimento da cidade de Londrina que se fundou como espaço estratégico ao desenvolvimento do norte e oeste do estado. Esta configuração descrita funda sobre o espaço uma estrutura econômica adequada ao desenvolvimento de laços produtivos e comerciais, o número de propriedades no estado quase quintuplica. Tal processo, de fortalecimento das bases econômicas e intensificação de aspectos demográficos se estampa através de todo o território estadual, de modo que o progresso urbano e agrícola na segunda metade do século XX é substancial e ainda é amparado por uma explosão demográfica. (SOUZA, 2000; NICHOLLS, 1970).

O esgotamento da economia do café pressiona uma mudança nos sistemas produtivos estaduais. A conjuntura estabelecida na época prioriza o desenvolvimento de uma agricultura industrial e oligárquica. A intensificação das configurações agrícolas, alinhada ao fomento de políticas de crédito e subsídio, reforça mercados sustentados pela produção de commodities. Tal processo se retroalimenta de modo que orienta e torna bem-sucedida a intensificação e

modernização agrícola do estado. Este movimento descrito se estabelece em território estadual a partir dos anos 1960 e se estende até os anos 80. Em síntese esta transformação se ampara através da substituição de sistemas considerados “coloniais” por sistemas modernos. Diversos aspectos emergem da instauração dessas novas configurações, daremos evidência aqui a marginalização das configurações que não se adequavam ao novo modo produtivo que vinha sendo instaurado. Além das raízes históricas que já foram parcialmente apresentadas neste trabalho, não existiu um movimento por parte do Estado que visasse garantir o desenvolvimento rural adequado dessas populações que tradicionalmente já eram isoladas. Quem encontra recursos frutíferos neste movimento de intensificação são os médios e grandes produtores, que rapidamente se alinharam ao sistema agroindustrial. Estes conseguiram aumentar a escala de suas produções de modo efetivo. Estes processos descritos alteram profundamente a estrutura fundiária do estado. (SOUZA, 2000; COELHO, 20019).

A partir dos anos 1990, expressão máxima do agronegócio se revela até então. Um forte movimento de agroindustrialização estimulado por organizações cooperativas se estabelece, em consequência um aumento produtivo é observado, culturas como soja e milho se estabelecem como as principais culturas do estado. Estes processos de intensificação dos sistemas enrijecem os laços produtivos do setor rural, esta perda de dinamismo, alinhado a um constante processo de marginalização das populações rurais, reforça um cenário já fragmentado. (SOUZA, 2000).

Este processo de intensificação além de reconfigurar diversos laços socioeconômicos, estabelece um novo modo de interação com a terra. A modernização dos aspectos produtivos alinhados aos sistemas agroindustriais se funda como forte elemento orientador das configurações agrárias do estado, porém também podemos afirmar que num contexto recente a materialização de referenciais de políticas públicas alinhadas à agricultura familiar e configurações agroecológicas se torna evidente. Diversas atitudes e ações são fomentadas, através das estruturas sociais do estado e da sociedade civil. Novos mercados são formados, leis que regulamentam atividades orgânicas e agroecológicas no estado são promulgadas, instituições públicas, principalmente de educação, pesquisa e extensão, organizam seus arranjos internos de forma a satisfazer aspectos alinhados a um contexto agrário mais sustentável. (SOUZA, 2000, MELÃO, 2010).

A questão agrária no Paraná se sustenta sobre um cenário fragmentado, estruturado por sistemas produtivos com características heterogêneas. Desde contextos fragilizados que operam a borda do sistema agroindustrial, até configurações fortemente alinhadas a produção intensiva e de grande escala. É correto afirmar que tal dissonância encontra sua catálise nos processos de

exploração das matas nativas e ocupação destes espaços num contexto associado a construção de estradas de ferro na região, processos imigratórios e a colonização privada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um ponto de vista estritamente econômico, os resultados expressos através da progressão agrícola brasileira se demonstram extremamente proveitosos e colocam o Brasil em lugar de destaque internacional. Porém através de outros recortes conceituais, alinhados a aspetos civilizatórios e conservacionistas tal movimento não se não se apresenta tão frutífero.

Durante o progresso agrícola nacional e estadual, a atividade estatal ordena o desenvolvimento rural de modo que tal processo instaura sobre o ambiente diversos impactos ambientais. Através das descrições elaboradas nesta pesquisa, são relatados diversos processos que se adequam a este movimento e que tem seus efeitos enraizados na conjuntura nacional e estadual, revelando assim a relação que buscava ser descrita e que foi estabelecida nos objetivos deste trabalho.

A gestão ambiental se torna recurso essencial à materialização de políticas públicas de desenvolvimento rural que se distanciam deste aspecto degradante que foi operado durante nossa historicidade. Distante de uma perspectiva mercadológica, tal processo deve se fundar sobre um referencial agrário, conservacionista e civilizatório alinhado à satisfação de interesses públicos em vista de processos desenvolvimentistas.

A relação entre questão ambiental e aspectos agrários, fomenta a eclosão de diversos aspectos éticos e normativos. Partindo da noção de que serviços ecossistêmicos são bens públicos, que permeiam diversos modos de interação entre toda sociedade e ambiente. Se constitui a noção de que tal processo, de erosão dos serviços ecossistêmicos é deliberado. Já que progride através de pressões desenvolvimentistas, alinhados a satisfação de aspectos econômicos e mercadológicos e próximos a um sistema agrícola específico.

Evidenciando as lacunas desta pesquisa, futuras explorações alinhadas a este trabalho devem incluir o refinamento metodológico para lidar com vieses narrativos, uma organização sistematizada da base de dados e de critérios de seleção e exclusão de trabalhos, e uma abordagem mais robusta dos temas centralizadores, através da utilização de indicadores socioeconômicos, históricos e culturais relacionados ao desenvolvimento rural e a promoção e materialização de políticas públicas. Já a questão ambiental, que neste trabalho foi descrita através de termos próximos a gestão ambiental e as ciências agrárias, deve ser abordada através de uma visão efetivamente ecológica e conservacionista, associada a indicadores ambientais, biogeográficos e moleculares.

4 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia aplicada*, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ALTAFIN, Iara Guimarães; ROCHA, Luiz Augusto. Prioridade para a agricultura familiar: porque é tão difícil. *Agricultura Familiar E Desenvolvimento Territorial-Contribuições Ao Debate*, p. 99, 2005.
- BEARMAN, Margaret et al. Systematic review methodology in higher education. *Higher Education Research & Development*, v. 31, n. 5, p. 625-640, 2012.
- COELHO, Luzia Bucco et al. Estrutura Agrária Paranaense: uma perspectiva histórica e desafios futuros. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, v. 40, n. 136, p. 15-15, 2019.
- FERRARI, Rossella. Writing narrative style literature reviews. *Medical Writing*, v. 24, n. 4, p. 230-235, 2015.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 52, p. 125-146, 2014.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. 2015.
- HEAL, Geoffrey M.; SMALL, Arthur A. Agriculture and ecosystem services. *Handbook of agricultural economics*, v. 2, p. 1341, 2002.
- LICHTENBERG, Erik. Agriculture and the environment. *Handbook of agricultural economics*, v. 2, p. 1249-1313, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 2018.
- MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo social*, v. 11, p. 97-128, 1999.
- MATSON, Pamela A. et al. Agricultural intensification and ecosystem properties. *Science*, v. 277, n. 5325, p. 504-509, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. 2015.

- MELÃO, Ivo Barreto. Desenvolvimento rural sustentável a partir da agroecologia e da agricultura orgânica: o caso do Paraná. Nota Técnica Ipardes, Curitiba, n. 8, p. 1-25, 2010.
- MOTIM, Benilde Maria Lenzi. Estrutura fundiária do Paraná tradicional-Castro (1850-1900). 2001.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos avançados, v. 15, p. 83-100, 2001.
- NICHOLLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o estado do Paraná, 1920-65. Revista Brasileira de Economia, v. 24, n. 4, p. 33-63, 1970.
- OCTAVIANO, Carolina. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. ComCiência, n. 120, p. 0-0, 2010.
- RÖLING, Niels. The soft side of land: socio-economic sustainability of land use systems. ITC journal, v. 3, n. 4, p. 248-262, 1997.
- SCOONES, Ian. Sustainability. Development in practice, v. 17, n. 4-5, p. 589-596, 2007.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, p. 20-45, 2006.
- SOUZA, Marcelino. Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná. 2000. Tese de Doutorado. Universidade Estadual De Campinas.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Salvador: AATR, v. 200, 2002.
- WILKINSON, Adrian; HILL, Malcolm; GOLLAN, Paul. The sustainability debate. International Journal of Operations & Production Management, 2001.
- YAO, Jing; ZHANG, Xiaoxiang; MURRAY, Alan T. Spatial optimization for land-use allocation: accounting for sustainability concerns. International Regional Science Review, v. 41, n. 6, p. 579-600, 2018.